

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES-MÃES NA EJA: UMA PROPOSTA DE TRADUÇÃO DE SALAS DE ACOLHIMENTO NA EJA

João Ricardo Rodrigues dos Santos ¹

Edgar Miranda da Silva²

RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta de pesquisa de mestrado em andamento, conduzida pelo primeiro autor sob orientação do segundo, com o objetivo de desenvolver um Produto Educacional (PE) que consiste em uma proposta de Programa enquanto tradução de políticas de permanência estudantil, com foco em salas de acolhimento, que possa contribuir para a permanência de alunas-mães na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A pesquisa é motivada pela prática docente do autor ao observar as dificuldades enfrentadas por estudantes-mães da EJA em conciliar estudos e maternidade, situação que frequentemente leva à evasão escolar devido à ausência de apoio institucional. A partir de uma abordagem teórica inspirada na Sociologia das Políticas (Ball; Maguire; Braun, 2016; Mainardes, 2006), o estudo busca compreender a tradução de políticas públicas em práticas locais, analisando o papel das salas de acolhimento como estratégias de inclusão e permanência. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, estruturada como pesquisa-ação (Tripp, 2005), utilizando análise de conteúdo (Bardin, 2016) para examinar os dados coletados em três etapas — planejamento, implementação e avaliação. Espera-se que o estudo contribua para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à EJA, propondo alternativas que favoreçam a permanência de mulheres-mães e promovam a equidade educacional.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Políticas Públicas; Salas de Acolhimento; Políticas de Permanência Estudantil

¹ Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica do Colégio Pedro II, (MPPEB/CPII), rodrigues.santos08@gmail.com ;

² Professor do Curso de Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica do Colégio Pedro II, (MPPEB/CPI) Doutorado, Universidade do Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), RJ, edgar.miranda@cp2.g12.br .



INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, conduzida pelo primeiro autor sob orientação do segundo, com o objetivo desenvolver um Produto Educacional (PE) que consiste em uma proposta de Programa enquanto tradução de políticas de permanência estudantil, com foco em salas de acolhimento, que possa contribuir para a permanência de alunas-mães na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A pesquisa é motivada a partir da prática docente do autor ao observar as experiências relacionadas às dificuldades enfrentadas por estudantes-mães da EJA em conciliar estudos e maternidade, que representa um possível fator de abandono dos estudos devido à falta de apoio para cuidar de seus filhos, especialmente no PEJA-Rio. Conforme indicado nos estudos de Gonçalves da Fonseca (2024), a conciliação entre os estudos e a maternidade, aliada às responsabilidades profissionais e familiares, é uma situação comum enfrentada por mulheres. As dificuldades das estudantes-mães em frequentar as unidades escolares e cuidar de seus filhos em condições adequadas, é assumida como problemática da pesquisa.

Segundo o Censo Escolar, em 2024, no Brasil, foram registrados quase 2,4 milhões de estudantes matriculados na EJA, consistindo a maioria, por mulheres. Muitas dessas alunas enfrentam barreiras adicionais agravadas pela ausência de políticas efetivas de acolhimento e permanência na EJA. Neste bojo, que se reconhece nas salas de acolhimento - uma inovação introduzida pelo Ministério da Educação em 2012 no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) - um suporte potencial para que estudantes possam deixar seus filhos em um espaço adequado durante as aulas, fortalecendo sua permanência escolar e inclusão educacional. Elas oferecem um espaço adequado para que essas mulheres possam deixar seus filhos durante as aulas, reduzindo barreiras à frequência escolar e promovendo a permanência educacional.

No Rio de Janeiro, a criação de salas de acolhimento no âmbito da EJA é respaldada por legislações como a Lei Nº 6.419/2018 que Institui o Programa de Espaço Infantil Noturno de autoria dos então vereadores Marielle Franco e Tarcísio Motta, que visam atender especialmente às necessidades de estudantes-mães, permitindo que conciliem suas responsabilidades familiares e profissionais com os estudos. Essas iniciativas não apenas atendem a



demandas práticas, mas também simbolizam a construção de uma cidadania plena, ao reconhecer a importância da socialização de conquistas humanas e o papel essencial de cada indivíduo na história coletiva, conforme enfatizado pelo Parecer CNE/CEB nº 4/98. Apesar da existência dessa legislação, a dificuldade de implementação dessas salas tem gerado significativas questões. A ausência de um espaço seguro e adequado para que essas estudantes possam deixar seus filhos durante o período de aulas se traduz em uma maior dificuldade para que elas mantenham uma frequência regular, o que, por sua vez, compromete sua trajetória acadêmica e a possibilidade de conclusão de seus estudos.

Isso evidencia uma desconexão entre a legislação e a prática, destacando a necessidade urgente de se avançar na tradução de políticas públicas que busquem a implementação das ações e espaços de acolhimento, que é tomada como objeto de estudo.

Para isso, a pesquisa adota como perspectiva teórica a abordagem analítica da Sociologia das Políticas, com destaque para Stephen Ball e colaboradores, que exploram a complexidade das trajetórias das políticas públicas, enfatizando sua construção dinâmica e não apenas como ações hierarquizadas.

Com essa fundamentação, entende-se que as políticas públicas possuem caráter material e exigem interpretação e adaptação à prática, pois raramente definem explicitamente as ações a serem tomadas. De acordo com Ball, Maguire e Braun (2016), as políticas são frequentemente criadas para contextos reais e irreais, necessitando de tradução para se tornarem práticas efetivas. Esse processo envolve um "terceiro espaço", onde os textos institucionais se transformam em ações práticas adaptadas à história, contexto e recursos locais.

Especificamente, toma-se a proposta da abordagem dos ciclos de políticas (MAINARDES, 2006) para analisar a complexidade das políticas educacionais, conectando processos macro e micropolíticos. Esse referencial destaca a ação dos profissionais no nível local, enfatizando a relação entre formulação e tradução que consiste, conforme Ball, Maguire e Braun (2016), em um o espaço intermediário entre o texto político e a prática. Ela transforma textos institucionais em ações, utilizando estratégias como reuniões colaborativas, eventos, e empréstimos de ideias. É um processo dinâmico que conecta a teoria da política com a prática cotidiana.



Ball e seus colaboradores (2016) descrevem o "enactment" como o processo pelo qual as políticas deixam de ser textos e se tornam ações concretas. Essa teoria rejeita a visão linear da implementação, enfatizando a criatividade e interpretação necessárias para transformar políticas em práticas reais. Assim como uma peça teatral exige interpretação para ganhar vida, a aplicação de políticas educacionais demanda criatividade e adaptação às realidades locais.

METODOLOGIA

A pesquisa, de caráter exploratório, investiga a tradução de políticas de permanência estudantil com foco em salas de acolhimento destinadas a alunas-mães no Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) no Rio de Janeiro. Adota uma perspectiva qualitativa que busca compreender o contexto investigado, com o pesquisador atuando como intérprete da realidade e interagindo diretamente com os sujeitos da pesquisa. O estudo também é intervencionista, estruturando-se como pesquisa-ação, definida por Tripp (2005) como um processo cíclico que alterna entre prática e investigação para aprimoramento constante. No campo educacional, a pesquisa-ação é fundamental para o desenvolvimento de professores e pesquisadores. Suas principais características, conforme Tripp (2005), incluem: (a) continuidade, permitindo aprimoramentos progressivos; (b) proatividade, com foco em mudanças orientadas por métodos de pesquisa; (c) participação colaborativa, envolvendo todos os atores no processo; (d) atenção deliberativa às questões institucionais; e (e) compartilhamento dos resultados com a comunidade escolar, ampliando seu impacto e relevância.

A pesquisa utiliza a análise de conteúdo como metodologia principal para examinar os dados coletados em três momentos específicos da pesquisa, a saber:

Esse ciclo geralmente segue três etapas: (i) planejamento, (ii) implementação e (iii) avaliação.

(i) Planejamento: A primeira etapa do ciclo da pesquisa-ação é definida como um momento de reconhecimento e problematização da situação, com posterior planejamento das ações de intervenção e análise das mudanças. Neste estudo, envolve uma revisão da literatura sobre a temática de acolhimento em escolas, com foco nas particularidades dos alunos da EJA. Essa fase busca uma seleção de estudos, artigos e



outras pesquisas que abordam políticas educacionais e políticas de acolhimento. Além disso, realizaremos uma pesquisa documental no intuito de reunirmos políticas de acolhimento na EJA implementadas nos diferentes municípios do Rio de Janeiro.

A partir dessa revisão teórica e da análise de políticas educacionais existentes, será possível construir um protótipo do programa de acolhimento. Esse protótipo deve ser fundamentado nas evidências coletadas, adaptando as propostas ao contexto específico da escola e às características dos alunos da EJA, que geralmente incluem diversidade de faixas etárias, histórias de vida e níveis educacionais.

(ii) Implementação: a implementação — nomenclatura sugerida como mais adequada para essa fase (Tripp, 2005) — é definida como o momento de ação propriamente dito, onde se dá a execução da proposta de mudança. A segunda fase do ciclo envolve a coleta de dados para avaliar e validar o protótipo do programa. Essa coleta será feita utilizando como estratégia rodas de conversa, por meio das quais buscará perceber as impressões dos sujeitos da pesquisa sobre o protótipo do PE e assim medir a percepção inicial dos participantes sobre o programa de acolhimento proposto, identificando críticas e proposições. A roda de conversa permitirá uma interação mais profunda e qualitativa. Nessa roda, os professores expressam suas opiniões e sugestões em um espaço colaborativo e aberto. Esse método possibilita o levantamento de percepções subjetivas e a troca de experiências que, muitas vezes, não são capturadas por meio de questionários.

(iii) Avaliação: denominada avaliação das mudanças, consiste na análise das implicações das ações na transformação da realidade. Essa etapa é que distingue a pesquisa-ação dos demais tipos de investigação-ação, pois requer a utilização de métodos e técnicas consagradas de análise. A análise dos dados seguirá as proposições metodológicas de Bardin (2016), utilizando o tema como unidade de registro. O foco recairá sobre as políticas de acolhimento e nas percepções e considerações dos professores sobre o programa proposto, com ênfase particular nas salas de acolhimento, consideradas como um componente central dessas políticas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão das políticas públicas de permanência estudantil na Educação de



Jovens e Adultos (EJA) exige uma leitura que vá além da mera análise normativa. É necessário entender os processos de formulação, interpretação e tradução das políticas educacionais e como elas se materializam — ou deixam de se materializar — no cotidiano escolar. Para isso, adota-se como base a Sociologia das Políticas, desenvolvida por Stephen Ball e colaboradores, complementada pelas contribuições de Mainardes (2006), Tripp (2005), Bardin (2016) e Freire (1996), que oferecem um panorama teórico capaz de articular as dimensões política, metodológica e ética da pesquisa.

De acordo com Ball, Maguire e Braun (2016), as políticas não são documentos fixos ou universais, mas textos vivos que ganham novos significados à medida que são reinterpretados pelos sujeitos e pelos contextos locais. Essa ideia rompe com a noção linear de “implementação”, substituindo-a pelo conceito de “tradução de políticas”, no qual professores, gestores e demais agentes educativos são também autores do processo. Como afirmam os autores:

“As políticas são interpretadas e recriadas nas escolas por meio de processos complexos de tradução. Elas não são simplesmente implementadas, mas reinterpretadas, adaptadas e negociadas de acordo com as condições locais, os valores dos profissionais e os recursos disponíveis.”

(Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 35).

Essa perspectiva é essencial para compreender a distância entre o que está prescrito nos textos legais — como a Lei nº 6.419/2018, que institui o Programa de Espaço Infantil Noturno no município do Rio de Janeiro — e o que efetivamente ocorre nas escolas. As chamadas salas de acolhimento para estudantes-mães da EJA representam, nesse sentido, o espaço concreto onde as políticas públicas precisam ser traduzidas para a prática. A ausência dessas estruturas revela que as políticas, quando descontextualizadas, perdem sua força transformadora.

Segundo Mainardes (2006), a análise das políticas educacionais deve considerar o ciclo completo de sua existência: o contexto de influência, o contexto da produção do texto e o contexto da prática. É neste último que o pesquisador identifica a atuação dos sujeitos que reinterpretam as diretrizes, moldando-as conforme suas realidades institucionais. Nas palavras do autor:

“As políticas não são apenas textos a serem executados. Elas ganham significado nas práticas cotidianas das escolas e nas interpretações que os sujeitos fazem, a partir de seus contextos, valores e experiências.”



(Mainardes, 2006, p. 51).

Essa abordagem permite compreender a EJA como um campo dinâmico e político, onde a tradução de políticas é marcada por negociações, resistências e invenções cotidianas. As escolas, ao adaptarem políticas de permanência estudantil, tornam-se espaços de produção de sentido, nos quais se revelam as tensões entre as intenções do Estado e as necessidades reais da comunidade.

Nesse processo, a pesquisa-ação surge como ferramenta metodológica capaz de aproximar a teoria da prática. Tripp (2005) define a pesquisa-ação como um ciclo contínuo de planejamento, ação e reflexão, no qual os participantes assumem papel ativo na construção do conhecimento. Para o autor:

“A pesquisa-ação é um processo cíclico em que cada ciclo envolve um planejamento da ação, a ação propriamente dita, a observação sistemática e a reflexão sobre o que ocorreu. A partir dessa reflexão, um novo ciclo pode ser iniciado, aprimorando tanto a prática quanto a compreensão teórica.”

(Tripp, 2005, p. 447).

No caso desta investigação, essa metodologia se revela particularmente adequada, pois permite que o pesquisador, em diálogo com professores e gestores, analise criticamente a ausência de políticas efetivas de acolhimento e proponha caminhos concretos de tradução delas. Essa interação contínua entre teoria e prática é também coerente com a perspectiva freireana de educação, que concebe o conhecimento como fruto do diálogo e da ação transformadora.

Paulo Freire (1996) defende que toda prática educativa é também uma prática política. Para ele, o educador deve compreender a educação como ato de transformação, assumindo o compromisso ético com a humanização. Em suas palavras:

“A educação é um ato político. O que a educação não pode é ser neutra. Ela pode ser a favor de quem luta para humanizar-se, mas também pode ser contra. É neste sentido que ela se constitui como prática política.”

(Freire, 1996, p. 45).

Essa reflexão é fundamental para pensar a implementação das salas de acolhimento: mais do que um espaço físico, elas simbolizam o reconhecimento da mulher-mãe como sujeito de direito e participante legítima do processo educativo. Garantir sua permanência é, portanto, um gesto político e emancipador, em consonância com a pedagogia freireana, que valoriza o protagonismo dos oprimidos e a construção coletiva do saber.



A análise das informações produzidas durante o processo de pesquisa será realizada à luz da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016). Essa técnica permite sistematizar os dados empíricos e extrair categorias que revelem as representações e significados atribuídos pelos sujeitos à experiência investigada. Bardin descreve o método como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações”, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens. Nas palavras da autora:

“A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.”

(Bardin, 2016, p. 42).

Aplicada a este estudo, a análise de conteúdo possibilitará identificar as percepções de professores, gestoras e alunas-mães sobre a criação de salas de acolhimento, bem como compreender os sentidos que atribuem às políticas de permanência estudantil. Trata-se de um processo interpretativo que busca não apenas descrever a realidade, mas também compreender as relações entre discurso, prática e contexto.

A articulação entre os autores aqui apresentados sustenta uma leitura crítica da política educacional como campo de disputa e reinvenção. A teoria de Ball e Mainardes permite compreender as políticas como textos abertos e em constante tradução; a metodologia de Tripp fornece os meios para intervir e analisar a prática; a análise de Bardin oferece o rigor necessário à interpretação dos dados; e Freire assegura a dimensão ética e humanizadora do processo. Juntos, esses referenciais fundamentam a proposta de uma educação inclusiva, participativa e comprometida com a justiça social, em que a permanência das estudantes-mães na EJA seja não apenas garantida, mas celebrada como conquista coletiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se que esta pesquisa uma possível contribuição teórica nas temáticas de políticas públicas no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especificamente



no que se refere às salas de acolhimento, um tema com baixa produção acadêmica. Almeja-se a criação de um programa de políticas de permanência estudantil, com enfoque particular nas salas de acolhimento, considerado essencial para atender à demanda emergente de mulheres estudantes trabalhadoras, oferecendo suporte adequado às suas necessidades e promovendo uma inclusão mais efetiva nesse contexto educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo busca preencher uma lacuna teórica na Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao investigar a criação e implementação de salas de acolhimento, um tema com produção acadêmica limitada. Essas salas visam atender às necessidades emergentes de alunas-mães trabalhadoras, proporcionando espaços para o cuidado de seus filhos enquanto estudam, facilitando a conciliação entre responsabilidades acadêmicas e familiares.

Além de um possível benefício às estudantes, a implementação de salas de acolhimento pode melhorar a infraestrutura das escolas e impactar positivamente o ensino-aprendizagem, ampliando a formação dos docentes e promovendo práticas pedagógicas mais inclusivas. Assim, o estudo contribui para políticas educacionais que não apenas atendem a demandas sociais urgentes, mas também fortalecem a inclusão e a equidade no ambiente escolar.

A pesquisa também inclui uma análise histórica da EJA no Brasil, compreendendo-a como modalidade educacional reparadora e influenciada por contextos políticos e internacionais. Um levantamento bibliográfico sobre políticas de acolhimento no estado do Rio de Janeiro e estudos relacionados ao tema complementam o trabalho, caracterizado como exploratório dada a escassez de investigações acadêmicas sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Trad.: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. 332p.



BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES DA FONSECA, Rosilaine; RIBEIRO ANDRADE, Eliane. **Conciliação entre educação e maternidade: trajetórias escolares de mulheres da EJA na Maré/RJ**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 25, n. 77, p. 209–223, 2024. DOI: 10.12957/teias.2014.82712.

MAINARDES, J.- Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.27, n.94, p. 47-69, jan./abr.2006.

RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro. Lei nº 6.419, de 29 de março de 2018. Institui o Programa de Espaço Infantil Noturno – Atendimento à Primeira Infância no âmbito do município do Rio de Janeiro. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 29 mar. 2018. Disponível em: <https://e.camara.rj.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L64192018.html?identificador=36003000360036003A004C00>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.03, p.443-466, abr. 2005. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 agosto. 2024

